

BRAMIDO COMUM*

JEAN-LUC NANCY¹

Da política, hoje, nada resta.
Da política, hoje, tudo resta.

Nada resta, porque o que definiu o conteúdo da palavra «política» foi arrebato por uma história que está fora de questão reactivar ou, sem dúvida, mesmo revisitar.

Esta história foi primeiramente a que viu nascer a *polis*: quer dizer, a forma que a si mesma se dava uma colectividade reunida e governada por si mesma, e não por uma autoridade divina. A cidade grega, bem como a romana, repousava numa transformação das organizações teocráticas ou tribais (frequentemente imbricadas umas nas outras), embora não sem a manuten-

* N.T.: Texto que acabou de ser editado na Revista *Lignes Ce qu'il reste de la politique*, mai 3013, n.º 41, p. 111-114. Expressamos *aqui*, também *aqui*, a Jean-Luc Nancy o nosso sentido agradecimento pelo dom do seu texto em língua portuguesa.

¹ N.T.: Professor emérito da Universidade de Marc-Bloch de Strasbourg, Jean-Luc Nancy é um dos grandes nomes da Filosofia contemporânea e o último testemunho, a derradeira voz viva da excepcional *comunidade de singularidades* chamada «geração de 60» – autor de uma obra imensa, que atravessa a Teologia, a Filosofia e as Artes à procura da sua instância *quase*-hiper-transcendental-ontológica ou da sua condição de possibilidade, de que se lembram aqui apenas alguns dos seus títulos mais recentes: *La Création du Monde ou la Mondialisation* (Galilée, Paris, 2002), *La Déclosion, Déconstruction du Christianisme I* (Galilée, Paris, 2005), *La Naissance des Seins* (Galilée, Paris, 2006), *Vérité de la Démocratie* (Galilée, 2008), *Le Plaisir au Dessin* (Galilée, Paris, 2009), *L'Adoration, Déconstruction du Christianisme II* (Galilée, Paris, 2010), *Atlan – Les Détremes* (Hazan, Paris, 2010) *Maurice Blanchot, Passion Politique* (Galilée, Paris, 2011), *Politique et Au-delà*, entretien avec Philipp Armstrong e Jason E. Smith (Galilée, Paris, 2011), *L'Équivalence des Catastrophes (Après Fukushima)* (Galilée, Paris, 2012), *La Possibilité d'un Monde*, Dialogue avec Pierre-Philippe Jandin (Les Dialogues des Petits Platons, Paris, 2013).

ção de aspectos muito importantes das fortes hierarquias que estruturavam as sociedades tradicionais, assim como o deslocamento de uma parte da sacralidade social no que pode chamar-se (com anacronismo) uma religião civil.

O desenho geral da cidade antiga não tem mais qualquer sentido para nós, uma vez que ele mesmo se desfez. A *polis* formou-se, transformou-se e deformou-se com o movimento de uma civilização em mutação profunda, saindo da estrita reprodução agrícola para esboçar formas de produção e de comércio, a que Marx chama «pré-capitalistas». Finalmente, inventa-se a representação de uma outra cidade - a de um Deus resolutamente fora do mundo diante do qual mais nenhuma das hierarquias e das dominações que estruturavam a sociedade se aguentam.

A tarefa de fazer o mundo² – no sentido do espaço de circulação do sentido³ – a que deveria responder a cidade, divide-se em duas: por um lado, a transfiguração do mundo em reino de Deus; por outro, a configuração do mundo dos homens. «Política» torna-se então o nome de um espaço por inventar: chamar-se-á «república» (em todos os sucessivos valores da palavra, pelo menos, desde Bodin), espaço de criação do sentido (do mundo) cuja consistência e estabilidade (*Estado*) são asseguradas pela soberania (a qualidade de origem e de fundamento do «direito público»). Assim que a soberania deixa de ser identificada a uma figura (real, por exemplo) e se torna a do «povo» assume a tarefa de configurar o espaço do dito povo. A isso chama-se democracia.

Perante isto, a política sofre uma profunda deiscência: por um lado, permanece identificada à República e ao Estado, ao mesmo tempo que o campo do seu exercício e da sua legitimidade se determina como «nação», identidade suposta e/ou confeccionada, pelo lado oposto, guardando os traços de uma instância figural, autoritária e separada, está votada a anular a sua própria separação e a desaparecer enquanto esfera distinta, a fim de renascer

² N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *La Création du monde – ou la Mondialisation*, Galilée, Paris, 2002.

³ N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *Le Sens du Monde*, Galilée, Paris, 1993 (reedição em 2001) – uma das «teses» de Nancy é, justamente, a de que é absolutamente necessário partir do “sentido” [repensado a partir do desfalecimento ou do abandono arqui-originário do seu excesso ou do infinito da sua excedência] para re-pensar e re-inventar a política tida como modo de poder, de governação ou de regime, isto é, como mera gestão de forças num reino onde reina a indiferença da pura equivalência – de facto, se segundo Nancy é necessário partir da atenção à infinita excedência de “sentido”, é de um “sentido” ele mesmo re-pensado no sentido de apenas poder ser “em comum” (troca, envio, reenvio, partilha). É justamente a partilha deste “em comum” – o próprio “ser *a*” existir de cada existente – que faz o bramar subterrâneo da «comunidade»: que é a sua condição de possibilidade e o seu porvir, a sua promessa e a sua abertura infinita ao por vir.

imersa em todas as esferas da existência comum, a começar pelo exercício da decisão (conselho, democracia directa).

A separação da «política» não foi nem abolida, nem verdadeiramente mantida. Produziu-se efectivamente uma impregnação de todas as esferas da existência comum (quer dizer, tendencialmente a existência *tout court*, o comum do existir, humano e não humano, aquilo de que a palavra «comunismo»⁴ deveria estar encarregue) por esquemas tanto infra-políticos

⁴ N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *La Communauté affrontée* (Galilée, Paris, 2001), *Vérité de la Démocratie* (Galilée, Paris, 2008), *Politique et Au-delà* (Galilée, Paris, 2011) e Maurice Blanchot, *Passion Politique* (Galilée, Paris, 2011), obra na qual Nancy prossegue o esclarecimento do seu diferendo, quanto à natureza ou à “essência” da “comunidade” e/ou da política, com Maurice Blanchot (*La Communauté Inavouable*, Minuit, Paris, 1983) e, indirectamente, também com Georges Bataille.

Filósofo do “sentido”, sim, é certo, mas exigindo um outro modo do seu reconhecimento ao lembrar e ao postular que não há “sentido” senão in-finito, “*em comum*” [o que o filósofo distingue de “comum”] e implicando um «diferencial de valores», Jean-Luc Nancy advoga que é precisamente a *justa partilha* deste “*em comum*” – no fundo, o *impartilhável!* – que, a cada passo, locomove a “comunidade” – que é assim, que só pode ser assim uma “comunidade sem comunidade”, isto é, uma *comunidade de singularidades absolutas partilhando*, cada uma delas, na sua «singularidade plural» ou heterogênea, o seu *acesso* in-finito ou a sua *aproximação* do “sentido”. Não pode assim surpreender que a proclamação nancyana da urgência e da necessidade de uma “revolução”, não tanto política mas, sobretudo, da política ou da relação à política, tenha implícita nada mais nada menos do que a exigência de uma outra “civilização” – o que em Nancy significa antes de mais a exigência de um outro modo de reconhecimento do “sentido”. Como bem o sugerem os derradeiros parágrafos deste texto, o “em comum” é a instância que desconstrói o tradicional e dominante registo onto-teológico do político, sendo ao mesmo tempo a instância apolítica, excepcionalmente apolítica do pensamento, da escrita, do poético e da’s arte’s em geral que, na sua excepcionalidade – a excepcionalidade do incomensurável, do inequivalente que *mal* logra *ex-crever-se* –, paradoxalmente se revela uma instância hiperpolítica que, no seu bramido, vigia, assedia, locomove e apela à infinita perfectibilidade e/ou justiça da “política democrática”, a qual, entregue a si própria ou às suas formalidades reificadas e exangues, tende sempre para a tirania, como Emmanuel Levinas também ousou dizê-lo. Daí o registo contraditório ou paradoxal do “político” e da “democracia” em J-L. Nancy (que neste texto é posto em cena pela grafia da palavra *política* com e sem aspas): «A política democrática [...]» escreve Nancy em *Vérité de la Démocratie*, «corta rente toda e qualquer espécie de “teologia política”, seja ela teocrática ou secularizada. Ela coloca em axioma que nem tudo (nem o todo) é política. Que tudo (ou o todo) é múltiplo, singular-plural, inscrição em estilhaços finitos de um infinito em acto (“artes”, “pensamentos”, “amores”, “gestos”, “paixões” podem ser alguns dos nomes destes estilhaços. [...] a democracia é primeiramente uma metafísica e apenas de seguida uma política. Mas esta não é fundada por aquela: pelo contrário, ela não é dela senão a condição de exercício. Pensemos primeiramente o ser do nosso ser-juntos-no-mundo, veremos a que política este pensamento deixa tentar a sua sorte.», J-L. Nancy, *Vérité de la Démocratie*, *op. cit.*, p. 60 e 62.

como supra-políticos. Representações míticas e afectivas de destinos colectivos (cobrindo ao mesmo tempo enormes máquinas técnico-económicas), ou então representação da manutenção generalizada de um conforto na equivalência geral do valor mercado. De uma maneira ou da outra, um mundo de completude ou de saturação indefinida.

É a este ponto que nada resta da política e que por isso tudo resta: a questão da configuração de um espaço de circulação de sentido (pode dizer-se também: de sentido, logo de circulação, sem completude) é inteiramente colocada, aberta, escancarada.

Nesta abertura cintila pelo menos um sinal: todas as formas de completude ou de saturação – ideológicas e/ou técnico-económicas – engendram desigualdades – inumanidades, insensibilidades, insanidades –, não somente tão pesadas quanto as que alimentavam as antigas hierarquias e sacralidades, mas, além do mais, doravante claramente desprovidas de qualquer aparência de justificação natural ou sobrenatural.

É por isso que a política subsiste pelo menos como revolta – nem que seja, sempre que tal é preciso, como revolta contra a política. «Revolta» não quer dizer «revolução», na medida em que este último termo pôde carregar a projecção, ora de uma reviravolta da base da política – com conservação da sua estrutura –, ora de uma abolição integral da separação da sua instância. A revolta não promete tanto nem tão grandes riscos, e é por isso que ela pode desconfiar da política mesmo revolucionária. Mas protesta que a existência é insustentável se não conseguir abrir espaços de sentido. Que tal não se logra enquanto reinar – em vez de uma circulação – a circularidade impiedosa de tudo-o-que-retorna-ao-mesmo. Que este «reino» é ele mesmo desprovido de qualquer espécie de glória e de graça, enquanto que o outro, o do céu, não flutua mais senão exangue e a fazer caretas.

Subsistindo como revolta, ela não subsiste talvez mais de todo, mas não é talvez necessário pensar em termos de subsistência, de resto ou de sobrevivência. É sobretudo necessário nada esperar da «política», como se ela fosse o reservatório misterioso de não se sabe que recurso oculto de sentido.

A revolta denuncia ainda «o espírito de um mundo sem espírito», mesmo se ela não entende mais estas palavras exactamente da mesma maneira. Sem espírito: não sem «espiritualidade», mas sem a vivacidade de sinais e de gestos pelos quais somente se *existe*.

A revolta não explica, no entanto, o que seria o cerne de uma existência aberta às suas possibilidades. A revolta não discorre – *brame*. Que quer dizer «gronder» [«bramir»]? É quase uma onomatopeia. É grunhir, mugir e rugir. É berrar, é murmurar, resmungar, refilar, indignar-se, protestar, zangar-se a muitos. Resmunga-se sobretudo sozinho, mas isso brame em comum. O comum brame, é uma torrente subterrânea, passa por baixo fazendo tremer tudo.

(Tradução e notas de Fernanda Bernardo)